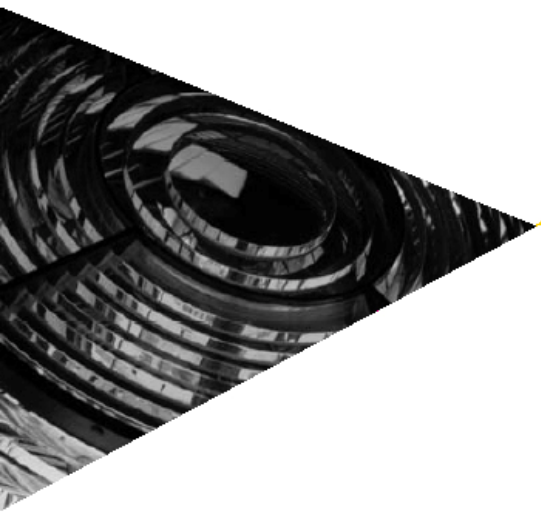
Relatório



Demonstrações Financeiras

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

31 de dezembro de 2008 e 2007

com Parecer dos Auditores Independentes

ERNST & YOUNG
Quality In Everything We Do

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2008 e 2007

Índice

Parecer dos Auditores Independentes 1

Demonstrações Financeiras Auditadas

Balanços Patrimoniais 3
Demonstrações dos Resultados 5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social 6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa 7
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 8

Centro Empresarial Botafogo
Praia de Botafogo, 300
13º andar – Botafogo
22250-040 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel.: (5521) 2109-1400
Fax: (5521) 2109-1600
www.ey.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores do
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

1. Examinamos o balanço patrimonial do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO em 31 de dezembro de 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e o seu fluxo de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio social e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 12 de maio de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, com exceção da demonstração das origens e aplicações de recursos, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2009

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Mauro Moreira
Contador CRC - 1RJ 072.056/O - 2

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	2008	2007
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**24.449**	9.374
Aplicações Financeiras (Nota 5)	**86.573**	57.651
Adiantamentos a fornecedores (Nota 6)	**363**	433
Outros	**191**	26
Total do ativo circulante	**111.576**	67.484
Não circulante		
Intangível	**81**	110
Imobilizado (Nota 7)	**497**	495
Total do ativo não circulante	**578**	605
Total do ativo	**112.154**	68.089

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO

	2008	2007
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		
Circulante		
Fornecedores	**240**	1.594
Salários e encargos a pagar	**1.014**	733
Impostos e taxas	**172**	62
Recursos de terceiros vinculados a projetos (Nota 8)	**59.894**	33.336
Outras contas a pagar	**1**	34
Total do passivo circulante	**61.321**	35.759
Não circulante		
Fundos e reservas (Nota 10)	**12.123**	15.856
Total do passivo não circulante	**12.123**	15.856
Patrimônio social		
Superávit acumulado	**38.710**	14.633
Superávit do exercício	**-**	1.841
Total do patrimônio social	**38.710**	16.474
Total do passivo	**112.154**	68.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	2008	2007
Receitas		
Doações (Nota 11)	**35.041**	26.701
Parcerias	**6**	79
Internalização de recursos (Nota 10)	**3.733**	2.139
Receitas financeiras	**30.658**	14.574
Outras receitas operacionais	**979**	95
	70.417	43.588
Custos com projetos (Nota 12)	**(14.654)**	(19.240)
	55.763	24.348
Despesas		
Despesas gerais e administrativas (Nota 13)	**(10.255)**	(6.782)
Despesas financeiras (Nota 14)	**(23.264)**	(15.723)
Outras despesas operacionais	**(8)**	-
	(33.527)	(22.505)
Outras despesas, não operacionais	**-**	(2)
Superávit do exercício	**22.236**	1.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	Superávit acumulado	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006	13.446	1.187	14.633
Transferência para superávit acumulado	1.187	(1.187)	-
Superávit do exercício	-	1.841	1.841
Saldos em 31 de dezembro de 2007	**14.633**	**1.841**	**16.474**
Superávit do exercício		**22.236**	**-**
Transferência para superávit acumulado	**24.077**	**(24.077)**	**22.236**
Saldos em 31 de dezembro de 2008	**38.710**	**-**	**38.710**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	2008	2007
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**22.236**	1.841
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Custo residual de ativos permanentes baixados	**11**	2
Depreciação e amortização	**160**	159
	22.407	2.002
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução em adiantamentos a fornecedores	**70**	232
(Aumento)/redução em outros ativos	**(165)**	6
Aumento/(redução) em fornecedores	**(1.354)**	462
Aumento/(redução) em outros passivos	**567**	256
Disponibilidades líquidas usadas nas atividades operacionais	**21.525**	2.482
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de Imobilizado	**(132)**	(109)
Aquisições do Intangível	**(12)**	
Gastos diferidos	**-**	(7)
Disponibilidades líquidas usadas nas atividades de investimentos	**(144)**	(116)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recebimento de recursos vinculados a projetos	**18.383**	6.964
Rendimentos sobre recursos vinculados a projetos	**4.647**	-
Variações cambiais sobre recursos vinculados a projetos	**3.704**	-
Gestão financeira sobre recursos vinculados a projetos	**(385)**	-
Aumento dos fundos e reservas	**(3.733)**	(2.139)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	**22.616**	4.825
Aumento do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**43.997**	7.667
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
No início do exercício	**67.025**	59.358
No fim do exercício	**111.022**	67.025
	43.997	7.667

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO ("FUNBIO") é uma associação civil sem fins lucrativos, criada em outubro de 1995 com o objetivo social de complementar as ações governamentais para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica do país, em consonância com a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), de âmbito mundial, o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio) e com o certificado de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Com a missão de aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade, sua principal finalidade é ser o parceiro preferencial dos principais atores ambientais nacionais e globais na busca de soluções sustentáveis para a conservação.

A finalidade específica do FUNBIO é operar um fundo para apoio financeiro e material a iniciativas associadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade no Brasil, a partir dos recursos recebidos.

As principais fontes de captação de recursos da Entidade são: (a) doações de recursos expressamente para custeio das atividades e projetos, recebidas do Global Environment Facility - GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente), através do Banco Mundial, do WWF-Brasil, do Banco de Desenvolvimento Alemão – KfW, do BMU, por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras e por entidades internacionais; (b) rendimentos provenientes de seus investimentos e aplicações financeiras no país e exterior; e (c) remuneração por serviços prestados na execução de suas finalidades.

Os projetos coordenados pela Entidade podem ser divididos em três gerações.

Os principais projetos da 1ª Geração destacam-se:

1. Contexto Operacional**--Continuação**

(i) Fundo de Parcerias

Tem o objetivo de possibilitar a composição de recursos para apoio a projetos de interesse comum, em áreas temáticas consideradas prioritárias para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade no Brasil. Os projetos em parceria com o IPÊ e com a Associação Caatinga foram encerrados em 2007. Atualmente, não há projetos em execução inseridos no Fundo de Parcerias.

(ii) Fundo de Parceria entre a Fundação Ford e o FUNBIO

Voltado ao apoio financeiro de projetos de desenvolvimento sustentável local, com atividades desenvolvidas nos biomas Amazônia e Mata Atlântica, onde em 2008 destaca-se o projeto "Uso sustentável dos recursos florestais não madeireiros em comunidades extrativistas no Vale do Juruá", no Acre, em parceria com SOS Amazônia e Pesacre.

(iii) Programa de Apoio à Produção Sustentável ("PAPS")

Tem o objetivo de potencializar iniciativas de pequeno porte, ligadas ao uso sustentável da biodiversidade, que representem uma alternativa às atividades econômicas de alto impacto ambiental e que ampliem as possibilidades de geração de emprego e renda para as populações locais.

A 2ª Geração resume-se no **Projeto Áreas Protegidas da Amazônia ("ARPA")**

(i) Projeto Áreas Protegidas da Amazônia ("ARPA")

O Projeto ARPA se insere no Programa Áreas Protegidas da Amazônia, que é um programa decenal do Governo Brasileiro, voltado para a proteção de ecossistemas considerados chaves para a manutenção e a integridade da região Amazônica, sua fauna e flora. A previsão de recursos para o Projeto ARPA em 10 anos é de US$400 milhões. O FUNBIO é a instituição escolhida pelos doadores e pelo Governo Brasileiro para gerir os recursos do Projeto ARPA. A primeira fase do projeto possui uma previsão de aportes na ordem de US$81,5 milhões, sendo US$63,40 milhões provenientes dos doadores: Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF, WWF-Brasil, Banco de Desenvolvimento Alemão – KfW e BMU.

1. Contexto Operacional--Continuação

(i) Projeto Áreas Protegidas da Amazônia ("ARPA")--Continuação

- **FAP - Fundo de Áreas Protegidas da Amazônia**

O Fundo de Áreas Protegidas da Amazônia (FAP) é um fundo fiduciário de capitalização permanente (*endowment fund*) criado pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), em comum acordo com os entes responsáveis pela Política Nacional do Meio Ambiente. Seu principal objetivo é apoiar a sustentabilidade financeira de longo prazo das unidades de conservação de proteção integral consolidadas pelo Programa ARPA e de unidades de conservação de uso sustentável, selecionadas no âmbito do Programa ARPA. Esse tipo de fundo recebe recursos doados e investe em ativos financeiros. O rendimento líquido dessas aplicações pode ser utilizado para apoio às unidades de conservação, ou para capitalização do próprio fundo, dependendo das metas de capitalização para que o fundo passe a atender às despesas de um sistema de unidades de conservação de forma perpétua.

O FUNBIO, como mecanismo financeiro auxiliar à gestão do Projeto ARPA, no âmbito da administração dos recursos do FAP, tem as seguintes responsabilidades:

1. Implementar e administrar o Fundo de Áreas Protegidas (FAP), com características de um fundo permanente (*endowment fund*) para apoiar a sustentabilidade das Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral consolidadas pelo Projeto e das UCs de uso sustentável selecionadas;

2. Estabelecer políticas, procedimentos e princípios gerais para o investimento financeiro dos recursos e contratar firmas especializadas em gestão de ativos para sua aplicação;

3. Contratar, supervisionar, monitorar e avaliar o desempenho dos gestores de ativos financeiros no cumprimento da política de investimentos e no alcance de seus resultados;

4. Preparar e apresentar relatórios e balanços financeiros sobre o uso e aplicação dos recursos do FAP;

1. Contexto Operacional--Continuação

(i) Projeto Áreas Protegidas da Amazônia ("ARPA")--Continuação

- **FAP - Fundo de Áreas Protegidas da Amazônia**--Continuação

5. Contratar, periodicamente, auditorias independentes; e

6. Supervisionar o atendimento a obrigações legais e contratuais, assim como às normas e procedimentos exigidas pelos doadores com respeito aos aspectos financeiros e contábeis do fundo.

Com o crescimento do Funbio e com o surgimento de novas oportunidades foram criadas, em sua estrutura organizacional, Unidades de Negócios: Unidade de Conhecimento Aplicado (UN1), Unidade de Mecanismos Financeiros (UN2) e Unidade de Gestão de Programas (UN3). Este novo perfil estratégico da Instituição levou à captação de novos projetos, iniciando-se a 3ª geração.

(i) Proposta de sustentabilidade financeira para o ICMBio

Projeto com duração de 7 meses cujo objetivo consiste em estudo de modelagem e proposta de viabilidade financeira para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), visando gerar subsídios para o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) em suas decisões de gestão e modelagem institucional.

(ii) Reestruturação do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano no Rio de Janeiro (Fecam) e modelagem de um Fundo de Compensação Ambiental

Em 2008, o Funbio entregou para a SEA-RJ (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro) uma proposta para reestruturação institucional do Fecam e um modelo de fundo de compensação ambiental. Além de melhorar a gestão dos recursos advindos da compensação, o Funbio inova ao criar um mecanismo que engaje o setor privado no financiamento ambiental do Estado.

1. Contexto Operacional--Continuação

(iii) Programa de Sustentabilidade Financeira do Cerrado

Com duração de dois anos e tendo como fonte de financiamento a TNC (The Nature Conservancy), o projeto almeja desenvolver uma estratégia de sustentabilidade financeira para a conservação do Cerrado, com a constituição de um fundo que atue como um articulador de recursos financeiros para o bioma, com estimativa de proteger uma área de 2 milhões de km quadrados.

(iv) Programa Biodiversidade e Commodities Agrícolas

O Funbio é o representante no Brasil do Programa Biodiversidade e Commodities Agrícolas (em inglês, Biodiversity and Agricultural Commodities Program - BACP) e, como tal, apoia a empresa de consultoria Chemonics na construção de uma estratégia de transformação de mercado para cadeia produtiva da soja. Com duração prevista de 5 anos, o objetivo do projeto é contribuir para a preservação da biodiversidade global dentro de paisagens agrícolas através da transformação do mercado de quatro commodities: soja, dendê, cana-de-açúcar e cacau.

(v) Focus (Financiamento e Oportunidades de Conservação e Uso Sustentável) Visão Brasil

Tendo como parceiro o Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável, o projeto, cuja duração vai de outubro de 2008 a janeiro de 2010, visa analisar a expansão dos setores da cana-de-açúcar, soja, pecuária, fibras, energia e mineração e seus impactos socioambientais, priorizando a identificação das barreiras a serem removidas, e dos incentivos a serem criados, além de propostas de ações prioritárias para que eles adotem modelos alternativos de produção e negócios sustentáveis.

1. Contexto Operacional--Continuação

(vi) Biodiversity Conservation Investments Database – BCID

Em junho de 2008, o Funbio e a RedLAC iniciaram a construção do Banco de Dados sobre Investimentos em Conservação da Biodiversidade (em inglês, Biodiversity Conservation Investments Database - BCID) para a região andino-amazônica. Financiado pela Fundação Gordon e Betty Moore – responsável por um aporte de US$ 618.534 –, o BCID tem como objetivo ajudar aos fundos ambientais, doadores, agências de governo, ONGs e outros grupos de interesse da comunidade ambiental a identificarem as lacunas e as necessidades de investimentos, melhorando assim a alocação de novos recursos e a coordenação de ações para a conservação da região.

(vii) Carteira Fauna Brasil

Com o objetivo de aplicar o recurso proveniente da multa ou sanção, a Carteira Fauna Brasil viabiliza a execução de projetos de pesquisa, de mitigação de danos e de recuperação da fauna brasileira. O primeiro projeto, Sísmica, iniciou sua execução em 2008.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras e Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho Deliberativo do Funbio realizada em 16 de abril de 2009.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras e Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08--Continuação

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Instituição estabeleceu como data de transição para a adoção das novas práticas contábeis 1º de janeiro de 2008.

A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Instituição preparou seus balanços patrimoniais iniciais ajustados por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

O CPC 13 desobrigou as companhias a aplicar o disposto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, na adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08. Essa deliberação requer que, além de discriminar os efeitos da adoção da nova prática contábil na conta de lucros ou prejuízos acumulados, as entidades devem demonstrar o balanço de abertura para conta ou grupo de contas relativo ao período mais antigo para fins de comparação, bem como os demais valores comparativos apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Foi efetuada uma reclassificação no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2007 com o objetivo de melhorar a apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras. A reclassificação foi efetuada da conta de Diferido para Imobilizado no montante de R$ 90 devido ao valor estar relacionado a benfeitorias em poder de terceiros.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras e Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08--Continuação

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, do balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2008, foram mensuradas e registradas pela Instituição com base nos seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC):

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;

- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007 (“CPC 01”);

- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 (“CPC 03”);

- CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008 (“CPC 12”);

- CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008 (“CPC 13”);

- CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008 (“CPC 14”).

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras e Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08--Continuação

O balanço patrimonial inicial de 1º de janeiro de 2008 (data de transição) foi preparado considerando as exceções requeridas e algumas das isenções opcionais, permitidas pelo pronunciamento técnico CPC 13, sendo elas:

(i) Isenção sobre a apresentação de demonstrações financeiras comparativas:

As demonstrações financeiras de 2007 estão preparadas nas bases contábeis vigentes em 2007. A opção dada pelo CPC 13 de não ajustar as demonstrações financeiras de 2007 aos padrões contábeis de 2008 foi adotada pela Instituição conforme divulgado acima.

(ii) Isenção sobre a classificação de instrumentos financeiros na data original de seu registro:

O CPC 14 determina que a classificação dos instrumentos financeiros deve ser feita no momento original de seu registro, porém, para fins de primeira adoção, o CPC 13 permitiu que esses instrumentos financeiros fossem classificados na data de transição. A Instituição optou por adotar a isenção prevista no CPC 13.

(iii) Isenção sobre a manutenção de saldos no ativo diferido até sua realização:

A Instituição reclassificou para a conta de imobilizado os saldos reconhecidos no grupo do ativo diferido na data de transição.

(iv) Isenção sobre as considerações de cálculo do ajuste a valor presente:

A Instituição avaliou eventuais efeitos de ajuste a valor presente com base em cálculo global sobre os saldos em aberto de cada grupo de contas de ativos e passivos monetários de longo prazo e não identificou transações que fossem sujeitas a este ajuste. Os efeitos de ajuste a valor presente dos itens monetários de curto prazo foram imateriais.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras e Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08--Continuação

(viii) Exceção para aplicação da primeira avaliação periódica da vida útil-econômica dos bens do imobilizado:

A Instituição optou pela exceção permitida pela CPC 13 e dessa forma a primeira análise sobre as estimativas de vida útil-econômica de seus ativos imobilizados será realizada para que produza efeitos, caso haja, a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2009. Eventuais mudanças na estimativa da vida útil-econômica dos ativos, decorrentes dessa análise, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

Doações e Recursos de Parcerias

As receitas com doações e os recursos de parcerias são registrados quando efetivamente recebidos e as despesas são registradas quando incorridas.

Internalização de recursos

Registrado como receita quando da transferência do recurso financeiro aplicado pelo Gestor no exterior para uma instituição financeira no Brasil em contrapartida à conta “Fundos de Reservas do Funbio - FRF” no exigível a longo prazo.

b) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Compreendem o saldo em caixa, depósitos bancários e as aplicações financeiras que estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos e variações cambiais até a data do balanço.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. Principais Práticas Contábeis--Continuação

d) Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as variações decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

e) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação (inclusive juros e demais encargos financeiros). A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 6 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado que são contabilizados separadamente são classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

f) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou formação (inclusive juros e demais encargos financeiros). A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

g) Demais ativos circulantes

São apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias até a data do balanço.

h) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. Principais Práticas Contábeis--Continuação

j) Imposto de renda e contribuição social

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, conforme disposto no artigo 15 da Lei nº 9532/97, desde que atendendo aos requisitos previstos nas alíneas "a" a "e", do § 2º, do artigo 12 da citada Lei.

k) Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não-incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2008	2007
Caixa e Bancos no país	**639**	656
	639	656
Bancos no exterior:	**1.785**	623
	1.785	623
Aplicações financeiras no país:		
Banco do Brasil / Carteira Fauna	**2.234**	2.849
Diversos	**11.461**	3.105
	13.695	5.954
Aplicações financeiras no exterior:	**8.330**	2.141
	8.330	2.141
	24.449	9.374

As aplicações financeiras no país referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de curto prazo, cujas rentabilidades anuais ficaram em 11% em média, e CDBs atrelados ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário, que fechou o ano com taxa de 12,32%.

As aplicações da Carteira Fauna no país são decorrentes do projeto Sísmicas, com recursos provenientes do Processo IBAMA nº. 02001.003030/2001-82 – Termo de Compromisso e Aditivo entre IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e a IAGC – *International Association of Geophysical Contractors* (D.O.U. 08 de janeiro de 2003, o Termo de Cooperação Técnica entre IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade celebrado em 28 de novembro de 2006 e o Ofício 67/2007 – GP/IBAMA de 18 de Janeiro de 2007).

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

As aplicações financeiras no exterior são compostas de depósito a prazo, com taxas médias de 1,00% e 2,10% a prazos de 90 e 180 dias respectivamente, e *money market deposit account*, com taxas médias de 0,05% ao ano mais variação cambial do dólar norte-americano.

5. Aplicações Financeiras

	2008	**2007**
Aplicações financeiras no país:		
Unibanco Fundo Fauna	**20**	-
Unibanco FAP (a)	**2.781**	1.749
	2.801	1.749
Aplicações financeiras no exterior:		
Itau Funbio (b)	**26.800**	-
AIG Funbio (b)	**-**	26.127
Itau FAP (b)	**56.972**	-
AIG FAP (b)	**-**	29.775
	83.772	55.902
	86.573	57.651

(a) As aplicações do FAP no país são decorrentes das três primeiras parcelas das doações de: O Boticário Franchising e Natura Cosméticos S.A., correspondentes a US$ 200 mil cada, num total de U$ 1.200 mil, aplicados num fundo exclusivo no Unibanco Private.

5. Aplicações Financeiras--Continuação

Movimentação dos saldos do FAP - Fundo de Áreas Protegidas da Amazônia mantido no país, no exercício de 2008:

	2008	2007
Saldo em 1º de janeiro	**1.749**	868
Recursos aportados	**830**	777
Rendimentos líquidos	**202**	104
Saldo em 31 de dezembro	**2.781**	1.749

(b) As aplicações financeiras no exterior são compostas por aplicações em títulos, ações internacionais e fundos, que renderam -13% (Fundo de Reserva Funbio) e -5% (FAP) no ano de 2008 (inicialmente na AIG Private Bank e, a partir de outubro, no Itaú Luxemburgo)..

Movimentação dos saldos do FAP - Fundo de Áreas Protegidas da Amazônia mantido no exterior, no exercício de 2008:

	2008	2007
Saldo em 1º de janeiro	**29.775**	25.146
Recursos aportados	**17.523**	6.187
Rendimentos	**(2.340)**	3.772
Variação cambial	**12.131**	(5.208)
Custo da gestão financeira	**(117)**	(122)
Saldo em 31 de dezembro	**56.972**	29.775

6. Adiantamento a Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o saldo era composto basicamente por pagamentos de despesas referente a contrução de flutuantes e embarcações, para as quais ainda não foram entregues os bens devido a falta de autorização da Capitania dos Portos, e com isso impossibilitando a emissão das notas fiscais pelo fornecedor.

7. Imobilizado

	Taxas de depreciação % (a.a)	2008				2007
		Custo	Adições e baixas líquidas	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10%	**234**	**40**	**(150)**	**124**	109
Máquinas e equipamentos	10%	**183**	**(12)**	**(65)**	**106**	126
Equipamentos de informática	20%	**503**	**79**	**(404)**	**178**	170
Benfeitorias em poder de terceiros	4%	**107**	**4**	**(22)**	**89**	90
		1.027	**111**	**(641)**	**497**	495

8. Recursos de Terceiros Vinculados a Projetos

Referem-se a recursos recebidos de parceiros, ainda não aplicados na execução de projetos. Em 31 de dezembro, os saldos dos recursos de terceiros vinculados a projetos estão demonstrados como se segue:

	2008	2007
ARPA (i)	**59.758**	33.236
Outros projetos (ii)	**136**	100
	59.894	33.336

(i) Recursos do FAP - Fundo de Áreas Protegidas da Amazônia do Projeto ARPA, *endowment fund*, depositados inicialmente no AIG Private Bank Ltd (Gestor de ativos) e, a partir de outubro de 2008 no Itaú Luxemburgo, provenientes dos valores iniciais doados pelo GEF/BIRD (US$750 mil) e WWF-Brasil (US$750 mil). No exercício de 2005, o GEF/BIRD aportou US$ 3.490 mil, mesma quantia aportada pelo WWF-Brasil. No exercício de 2006 GEF/BIRD aportou US$ 1.644 milhão, WWF-Brasil US$ 215 mil. O Boticário Franchising e Natura Cosméticos S.A. aportaram cada um o correspondente a US$ 200 mil cada. No exercício de 2007, o GEF/BIRD aportou US$ 2.065 milhões, WWF-Brasil US$ 1.070 milhão. O Boticário Franchising e Natura Cosméticos S.A. aportaram cada um o correspondente a US$ 200 mil cada. Em 2008, o GEF/BIRD aportou US$ 6.551 mil, WWF-Brasil US$ 2.257 mil e O Boticário Franchising e Natura Cosméticos, US$ 200 mil cada.

(ii) Recursos do Promar – R$ 30 (R$ 30 em 2007), da RedLAC - R$ 12 (R$ 0 em 2007), Fundo Fauna - R$ 20 (R$ 0 em 2007), Caatinga - R$ 34 (R$ 33 em 2007), IPÊ – R$ 40 (R$ 37 em 2007),

9. Contingências

No curso normal dos seus negócios, a Entidade adota, para apuração e recolhimento de impostos, taxas e contribuições, interpretações de leis e regulamentos, consubstanciadas na opinião de seus consultores jurídico-tributários, que podem divergir das interpretações das autoridades fiscais.

Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação variando, em cada caso, o prazo de prescrição.

O Fundo não é réu em processos cíveis, fiscais e trabalhistas.

10. Fundos e Reservas

Representados por recursos doados pelo Banco Mundial originários do Global Environment Facility - GEF para o FUNBIO iniciar suas atividades, bem como doações subseqüentes, cuja movimentação nos exercícios foi a seguinte:

	2008	2007
Saldo em 1º de janeiro	**15.856**	17.995
Internalização de recursos	**(3.733)**	(2.139)
Saldo em 31 de dezembro	**12.123**	15.856

11. Doações

	2008	2007
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD	**11.904**	3.624
WWF - World Wildlife Fund	**1.341**	10.009
KfW - Kreditanstalt fur Wiederaufbau	**8.920**	9.657
Fundação Moore	**1.013**	-
BMU KfW Arpa	**4.637**	-
BMU KfW Mata Atlântica	**6.646**	-
Carteira Fauna	**-**	2.700
Outras (i)	**580**	711
	35.041	26.701

(i) Em 2008 os valores se referem às doações de ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), Alcoa Alumínio S.A. e TNC (The Nature Conservancy). Em 2007 os valores se referem às receitas de doações para apoio institucional e financeiro ao evento "Fórum Paulista de Mudanças Climáticas e Biodiversidade", da AIG Private Bank Ltd., e Cemig – Companhia Energética Minas Gerais para as atividades do evento Funbio 10 Anos e de Omnia Minérios Ltda. (Alcoa) para consecução de proposta de modelo sustentável para Juruti.

12. Custos com Projetos

Referem-se aos valores incorridos nos projetos de "fomento", conforme demonstrado abaixo:

	2008	2007
Instituto Terra	**-**	54
Fundação Ford	**77**	111
Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ	**-**	102
Associação Caatinga	**-**	24
Componente 2.4 – ARPA	**1.393**	118
Carteira Fauna (Sísmica)	**229**	-
Projeto RedLac (i)	**43**	-
Projeto BCID	**85**	-
Componente 4.1 BMU KFW Mata Atlântica	**240**	-
ARPA (ii)	**12.587**	18.831
	14.654	19.240

(i) Recursos recebidos da Fundação Moore para a 9ª Assembléia da RedLac e anuidade recebida do Funbio como membro da rede.
(ii) Refere-se ao custo do Projeto ARPA para as unidades de conservação.

13. Despesas Gerais e Administrativas

	2008	2007
Pessoal	**5.786**	4.412
Serviços de terceiros	**1.900**	648
Locação e manutenção	**756**	405
Viagens e estadias	**1.166**	811
Outras	**647**	506
	10.255	6.782

14. Despesas Financeiras

Referem-se basicamente à variação cambial e aos prejuízos das aplicações financeiras no exterior.

15. Cobertura de Seguros

As apólices de seguros em vigor em 31 de dezembro de 2008 destinam-se à cobertura de riscos de incêndio e danos elétricos às instalações físicas da Entidade. Os seguros são contratados em montante julgado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos existentes. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

16. Instrumentos Financeiros e Derivativos

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade estão relacionados às aplicações financeiras, cujos valores aproximam-se do valor de mercado na data do balanço. Demais ativos e passivos financeiros estão representados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescido das respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Entidade não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

17. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

Em conformidade com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 14, a Instituição efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2008 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes e contas a receber de clientes.

Os principais instrumentos financeiros da Instituição estão representados por:

(i) Disponibilidades e valores equivalentes – está representado ao valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

(ii) Adiantamentos diversos – são classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

(iii) Contas a receber – são provenientes da prestação de serviços, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

Fatores de risco

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Instituição podem ser assim enumerados:

i. Risco de taxa de câmbio

A Instituição possui aplicações financeiras em moeda estrangeira, principalmente em dólar e em euro. A Instituição não possui instrumentos de “hedge” que a proteja em caso de eventual diminuição significativa da taxa de câmbio do dólar norte-americano nem de qualquer outra moeda estrangeira.

17. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos--Continuação

ii. Risco de taxa de juros

A Instituição possui aplicações financeiras em moeda nacional, principalmente em CDB com taxas pós-fixadas. A Instituição não possui instrumentos de "hedge" que a proteja em caso de eventual diminuição significativa da taxa de juros.

iii. Risco de crédito inerente as doações

O risco está relacionado à possibilidade da Instituição não conseguir obter novos recursos devido a crise financeira atual.

18. Movimentação do caixa do Projeto Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA

O total de recursos aportados durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008	**2007**	**Acumulado**
GEF - Global Environment Facility	**11.904**	3.624	34.939
WWF - World Wildlife Fund	**1.340**	10.009	19.803
KfW - Kreditanstalt fur Wiederaufbau	**8.920**	9.657	33.279
BMU KfW ARPA	**4.637**	-	4.637
Rendimentos	**168**	140	729
Variação cambial	**336**	(438)	-2.269
Total de recursos aportados	**27.305**	22.992	91.118

18. Movimentação do caixa do Projeto Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA— Continuação

O demonstrativo das aplicações desses recursos durante os exercícios de 2008 e 2007 é o seguinte:

	2008	2007	Acumulado
Declaração dos gastos elegíveis no projeto (SOE)			
Categoria GEF:			
Bens do componente	**211**	37	572
Consultoria	**1.142**	309	2.875
Subprojetos de uso sustentável	**1.402**	-	1.411
Custos recorrentes	**8.133**	1.815	18.817
Serviços especiais	**601**	1.730	4.427
Subprojetos de geração de receitas	**64**	-	106
	11.553	3.891	28.208
Categoria WWF:			
Salários e benefícios	**367**	2.103	3.953
Consultoria	**727**	1.418	3.589
Viagens e hospedagens	**146**	1.260	2.222
Workshops e treinamentos	**1**	322	693
Equipamentos	**58**	1.295	3.915
Publicações e vídeos	**86**	97	311
Custos administrativos diretos	**287**	1.371	2.844
Infra-estrutura	**-**	40	207
Veículos	**535**	57	791
	2.209	7.963	18.525
Categoria KfW:			
Bens	**1.004**	1.827	5.866
Consultoria	**984**	1.453	2.945
Custos recorrentes	**4.104**	3.669	13.569
Serviços especiais	**1.564**	2.261	5.935
Obras	**18**	584	1.808
	7.675	9.794	30.123
Total da declaração dos gastos	**21.437**	21.648	76.856

Pedro Wilson Leitão Filho
Secretário Geral

Vanderlei da Conceição de Souza
Contador
CRC – 087.179-0

Marina Carlota Amorim Machado
Coordenador Financeiro